



nº2/2016 | distribuição gratuita | informação | participação | cidadania - Edição da Câmara Municipal de Alvaiázere



boletim
MUNICIPAL

fevereiro

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Alvaiázere | Diretor: Célia Margarida Gomes Marques (presidente) | Processamento e organização de conteúdos: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Cordenação, paginação, revisão e distribuição: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Periodicidade: Mensal | Tiragem: 50 exemplares | ISSN: 2182-8636 | Depósito legal: 212350/04

CÂMARA MUNICIPAL

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 03 DE
FEVEREIRO DE 2016**

DELIBERAÇÕES

**CONTRATOS EMPREGO INSERÇÃO AO
ABRIGO DA PORTARIA N.º 128/2009, DE
30 DE JANEIRO, ALTERADA E REPUBLICADA
PELA PORTARIA N.º 20-B/2014, DE 30 DE
JANEIRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1-Efetuar a candidatura Emprego Inserção, nos termos da supracitada legislação, para ocupação de 3 beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, para desenvolver trabalho socialmente útil de apoio às atividades gerais do Município, nomeadamente no apoio à limpeza e conservação de vias;

2-Autorizar a assunção dos encargos para a presente despesa, os quais possuem cobertura orçamental nas seguintes rubricas orçamentais: 0102/04.08.02 e 0102/02.02.12, estando a sua plurianualidade aprovada no orçamento municipal de 2016 e GOP's, que mereceu aprovação do Órgão Deliberativo na sua sessão realizada a 27 de novembro do ano findo, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), na sua atual redação;

3-Conferir poderes à Sra. Presidente e no seu impedimento à Sra. Vice-Presidente, para desenvolver e conduzir os procedimentos que se tornem imprescindíveis para a contratualização e acompanhamento dos beneficiários.

(Aprovado por unanimidade)

**APOIO HABITACIONAL - PROCESSO N.º
1/2016 - AMH**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, a cedência de materiais de construção para rebocar as paredes interiores da cozinha e as paredes exteriores de toda a habitação, com o artigo matricial n.º 167, da Freguesia de Pussos São Pedro, referente ao processo de apoio habitacional n.º 1/2016 – AMH, sendo que o preço total dos materiais, sem IVA, está estimado em de 101,95€ (cento e um euros e noventa e cinco cêntimos). Esta despesa possui o n.º sequencial de cabimento 11856, devendo onerar a classificação económica 0102/080802 e GOP 02/011/2013/5110.

(Aprovado por unanimidade)

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - RESULTADOS FINAIS

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar e dar conhecimento do presente relatório à Comissão de Supervisão.

(Aprovado por maioria)

CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES (CAT) - PEDIDO DE APOIO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, a atribuição de um apoio financeiro no montante de 5.000,00€, tendo por base o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com artigo 28º do Regulamento de apoio ao Associativismo do Município de Alvaiázere, bem como o decreto-lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro.

(Aprovado por unanimidade)

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE TERRAS DE SICÓ

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, nos termos do disposto nas alíneas e) e m), do n.º 2 do art.º 23.º,

conjugado com a alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1 - Aprovar a transferência no valor total de 37.809,96€ (trinta e sete mil oitocentos e nove euros e noventa e seis cêntimos), para a Associação Terras de Sicó, nos termos supra referenciados. A despesa em apreço, deverá onerar a classificação orçamental: 0102/04050104 e GOP 01/001/2016/5002-2 – Terras de Sicó – Despesas de Funcionamento, com o n.º sequencial de cabimento 11859, relativamente ao valor de 17.007,70€ e a classificação orçamental: 0102/04050104 e GOP 01/001/2016/5002-3 – Terras de Sicó – Projetos Diversos, com o n.º sequencial de cabimento 11860, no valor de 20.802,26€ (vinte mil oitocentos e dois euros e vinte e seis cêntimos).

(Aprovado por maioria)

**CONCESSÃO DE NOVO PRAZO PARA
EMIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE
CONSTRUÇÃO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, deliberou, declarar a não caducidade do processo de obras n.º 68/2012, titulado por Ana Cristina Moreira Alexandre e a concessão de um novo prazo, de 30 dias, para o requerente solicitar a emissão do alvará de licença de construção e proceder ao seu respetivo levantamento.

(Aprovado por unanimidade)

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA
AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO - CÓDIGO
DE REGISTO N.º PR.005375.2016**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, sendo cumprido integralmente o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua 5ª versão, atualizada pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio, assim como, o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008 de agosto alterado e

republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, nos termos da informação técnica prestada, deliberou, concordar com o projeto apresentado, emitindo parecer favorável.

(Aprovado por unanimidade)

**REGULAMENTO DO CONCURSO DE
FOTOGRAFIA DIGITAL: "A FLORESTA
AUTÓCTONE - FAUNA E FLORA"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, deliberou, a aprovação do regulamento do concurso de fotografia digital "A floresta autóctone – fauna e flora" e a atribuição de duas Máquinas fotográficas digitais, até 100€ cada, a título de 1º prémio para os Grupos a) e b). Esta despesa possui o n.º sequencial de cabimento 11.870, que deverá onerar a classificação orçamental 0102/06020305 e GOP 03/001/2016/5056.

(Aprovado por unanimidade)

**REQUERIMENTO PARA PAGAMENTO EM
PRESTAÇÕES**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do art.º 18.º do regulamento da tabela de taxas e outras receitas, deliberou, aprovar o pagamento supra identificado concordando com as vinte e quatro prestações solicitadas, autorizando, desta forma o seu pagamento em prestações.

(Aprovado por unanimidade)

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE
FEVEREIRO DE 2016**

**REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º

33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento de Apoio ao da Biblioteca Municipal de Alvaiázere;

2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;

3. Submeter a proposta de Regulamento a parecer da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DO MUSEU MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento do Museu Municipal de Alvaiázere;

2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;

3. Nos termos do disposto no art.º 115 da Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, na sua redação atual, submeter a proposta de regulamento a parecer do Instituto Português dos Museus/Direção-Geral do Património Cultural e do Conselho dos Museus.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DO CARTÃO JOVEM MUNICIPAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento do Cartão Jovem Municipal.

2.Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;

3.Submeter a proposta de regulamento a parecer da MOVIJOVEM - Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, para conhecimento.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNÍCIPE DO CONCELHO DE ALVAIÁZERE

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1.aprovar o projeto de Regulamento do Cartão Social do Município do Concelho de Alvaiázere;

2.Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos

termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DO CARTÃO DA IDADE MAIOR

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1.Aprovar o projeto de Regulamento do Cartão da Idade Maior;

2.Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na

página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.
(Aprovado por unanimidade)

**REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE
ATIVIDADES ECONÓMICAS NO EVENTO
"ALVAIÁZERE CAPITAL DO CHÍCHARO"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento do evento "Alvaiázere Capital do Chícharo";
2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações,

deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;

3. Submeter a proposta de regulamento a emissão de parecer da ADECA – Associação de Desenvolvimento de Concelho de Alvaiázere e da Confraria do Chícharo."

(Aprovado por unanimidade)

**XV SEMANA DA EDUCAÇÃO E X FEIRA DO
LIVRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, a aprovação do conjunto de atividades propostas, no âmbito da XVª Semana da Educação e da Xª Feira do Livro de Alvaiázere, que se encontram contemplados no plano anual de atividades de cada estabelecimento de ensino, bem como as despesas inerentes as mesmas, nos termos da proposta supra transcrita.
(Aprovado por unanimidade)

**EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO URBANA
DOS CABAÇOS" - DOAÇÃO DE PARCELA DE
TERRENO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. De acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aceitar a doação uma parcela de terreno com 22,00m² a desanexar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8406 da freguesia de Pussos São Pedro, o qual proveio do artigo rústico 5269 da freguesia de Pussos (extinta), não descrito Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere, sito em Cabaços, que possui

uma área total de 370,00m², propriedade de Maria Elvira da Silva Silveira – Cabeça de Casal da Herança, residente em Rua Conselheiro José Eduardo Simões Baião, n.º 126, Portela Cabaços, 3250-387 Pussos, que possui as seguintes confrontações: norte – Manuel Abreu, herdeiros, sul – Jerónimo Alves Rosário, nascente – Acácio Manso, herdeiros e poente – estrada;

2. Delegar competências na Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal – Célia Margarida Gomes Marques – para outorgar a competente declaração a emitir para a Autoridade Tributária e Aduaneira, com vista à retificação da área do respetivo prédio, nos termos da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação;

3. Propor, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, à Assembleia Municipal a afetação da parcela adquirida ao domínio público municipal.

(Aprovado por unanimidade)

PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra transcrita, devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

(Aprovado por unanimidade)

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

REGULAMENTO GERAL DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento Geral de Preços do Município de Alvaiázere, o qual inclui, também, a tabela de taxas do Município de Alvaiázere e o relatório de suporte à fundamentação económico-financeira da matriz de taxas do Município de Alvaiázere;

2 - Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DE PREÇOS DO MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º

33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento de Preços do Município de Alvaiázere, bem como todos os documentos que o acompanhavam, nomeadamente o relatório de suporte à fundamentação económico-financeira de preços do Município de Alvaiázere;

2. Aprovar a tabela dos preços a praticar pela Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual deverá entrar em vigor na mesma data que o regulamento de Preços do Município de Alvaiázere.

3. Nos termos do disposto no art.º 68.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, submeter a tabela de preços a emissão de parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Residuais (ERSAR);

4. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: [geral@cm-](mailto:geral@cm-alvaiazere.pt)

[alvaiazere.pt](mailto:geral@cm-alvaiazere.pt) com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.

5. Comunicar às organizações representativas dos utentes dos serviços em causa o projeto de regulamento referido, de forma que aquelas se possam pronunciar sobre estes no mesmo prazo de 30 dias úteis, nos termos do art.º 2.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que aprova a Lei dos Serviços Públicos Essenciais.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;

2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: [geral@cm-](mailto:geral@cm-alvaiazere.pt)

[alvaiazere.pt](mailto:geral@cm-alvaiazere.pt) com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.

**REGULAMENTO DE SERVIÇO DE
ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO
MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar a proposta de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Alvaiázere;

2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.”

3. Comunicar às organizações representativas dos utentes dos serviços em causa o projeto de regulamento referido, de forma que aquelas se possam pronunciar sobre estes no mesmo prazo de

30 dias úteis, nos termos do art.º 2.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que aprova a Lei dos Serviços Públicos Essenciais;

4. Nos termos do disposto no art.º 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, submeter a proposta de regulamento a emissão de parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Residuais (ERSAR).”

(Aprovado por maioria)

**REGULAMENTO DE SERVIÇO DE
SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
URBANAS DO MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Alvaiázere;

2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-

alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;

3. Comunicar às organizações representativas dos utentes dos serviços em causa o projeto de regulamento referido, de forma que aquelas se possam pronunciar sobre estes no mesmo prazo de 30 dias úteis, nos termos do art.º 2.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que aprova a Lei dos Serviços Públicos Essenciais;

4. Nos termos do disposto no art.º 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, submeter a proposta de regulamento a emissão de parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Residuais (ERSAR).

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alvaiázere;

2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da

data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;

3. Comunicar às organizações representativas dos utentes dos serviços em causa o projeto de regulamento referido, de forma que aquelas se possam pronunciar sobre estes no mesmo prazo de 30 dias úteis, nos termos do art.º 2.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que aprova a Lei dos Serviços Públicos Essenciais;

4. Nos termos do disposto no art.º 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação, submeter a proposta de regulamento a emissão de parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Residuais (ERSAR).

(Aprovado por maioria)

REGULAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTA E DESCOBERTA DE ALVAIÁZERE

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1. Aprovar o projeto de Regulamento das Piscinas Municipais Coberta e Descoberta de Alvaiázere;

2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O

projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;

3.Submeter a proposta de regulamento a consulta do Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1.Aprovar o projeto de Regulamento do Estádio Municipal de Alvaiázere;

2.Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações,

deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;

3.Submeter a proposta de regulamento do Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.

A proposta da Senhora Presidente e o Regulamento do Estádio Municipal de Alvaiázere dão-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma, devidamente rubricada pelo Órgão Executivo.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DE ALVAIÁZERE

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1.Aprovar o projeto de Regulamento do Pavilhão Desportivo de Alvaiázere;

2.Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento

desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da República*, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal;
3. Submeter a proposta de regulamento a parecer do Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.
(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS MUNICIPAIS

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:
1. Aprovar o projeto de Regulamento de Utilização de Veículos Municipais;
2. Submeter o citado projeto de regulamento a apreciação pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do art.º 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, para recolha de sugestões, devendo para o efeito ser publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, disponibilizado o projeto de regulamento na página eletrónica do Município de Alvaiázere e, ainda, ser efetuada a publicação de editais nos locais de estilo. O projeto de regulamento deverá, ainda, ficar exposto para consulta na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento desta Câmara Municipal. As sugestões, propostas, pareceres ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do aviso no *Diário da*

República, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município 3250 – 100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do município, ou por correio eletrónico para: geral@cm-alvaiazere.pt com identificação do remetente, morada e identificação fiscal.
(Aprovado por unanimidade)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

REGULAMENTO - PROJETO ALVAIÁZERE VIVA – FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS

O Regulamento - Projeto Alvaiázere Viva – Férias Desportivas e Culturais, para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em consonância com o teor da deliberação da Câmara Municipal, foi aprovado por unanimidade.

EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA RUA JOSÉ AUGUSTO MARTINS RANGEL – SEICEIRA E LIGAÇÕES” – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Requalificação Urbana da Rua José Augusto Martins Rangel – Seiceira e Ligações”, foi aprovado por unanimidade.

EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA DOS CABAÇOS” – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Requalificação Urbana dos Cabaços” foi aprovado por unanimidade.

EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA – SEICEIRA E LIGAÇÕES – FARROIO A PUSSOS” – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Requalificação Urbana – Seiceira e Ligações – Farroio a Pussos” foi aprovado por unanimidade.

EMPREITADA “MELHORIA DA VIA DE LIGAÇÃO DO CONCELHO DE FERREIRA DO ZÊZERE POR PORTELA DO BRÁS (E.M. 520)” – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Melhoria da via de ligação do Concelho de Ferreira do Zêzere por Portela do Brás (E.M. 520)” foi aprovado por unanimidade.

EMPREITADA “LIGAÇÃO ENTRE O ENTRONCAMENTO DO CEMITÉRIO E VENDAS (ESTRADA DO MARCÃO)” – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Ligação entre o Entroncamento do Cemitério e Vendas (Estrada do Marcão)” foi aprovado por unanimidade.

EMPREITADA “LIGAÇÃO ENTRE VENDAS E O ENTRONCAMENTO COM A E.N. 348” – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Ligação entre Vendas e o Entroncamento com a E.N. 348” a votação, foi aprovado por unanimidade.

EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO, RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DE MAÇÃS DE CAMINHO A RELVAS” – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Beneficiação, retificação e pavimentação da estrada de Maças de Caminho a Relvas” a votação, foi aprovado por unanimidade.

EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO E ALARGAMENTO DA ESTRADA DO CASAL NOVO A SOBREIRAL – TROÇO 1” – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual

redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Beneficiação e Alargamento da Estrada do Casal Novo a Sobreiral – Troço 1” a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

**EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO E
ALARGAMENTO DA ESTRADA DO CASAL
NOVO A SOBREIRAL – TROÇO 2” –
AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO
MUNICIPAL - ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ART.º
25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE
SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO**

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, das parcelas de terreno referentes à Empreitada “Beneficiação e Alargamento da Estrada do Casal Novo a Sobreiral – Troço 2” a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

**EMPREITADA “ARRANJO URBANÍSTICO DE
MAÇÃS DE DONA MARIA – CRUZAMENTO DA
ENTRADA DA VILA” - AFETAÇÃO AO
DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - ALÍNEA Q)
DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013,
DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL
REDAÇÃO**

A afetação ao domínio público municipal - alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da parcela de terreno referentes à Empreitada “Arranjo Urbanístico de Maças de Dona Maria – Cruzamento da entrada da vila” a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Regulamento do concurso de fotografia digital "A Floresta autóctone – fauna e flora "

No âmbito do programa da semana da educação, o Município de Alvaiázere promove o concurso de fotografia digital subordinado ao tema "Floresta autóctone – fauna e flora". Esta iniciativa visa sensibilizar os jovens que frequentam o 3º ciclo e o secundário do Agrupamento de Escolas de Alvaiázere para a temática ambiental, mobilizar os seus sentidos para a capacidade de observação da fauna e flora do concelho e incentivar o desenvolvimento da consciência para a valorização e preservação das mesmas. O referido concurso tem como base o seguinte regulamento:

Regulamento

Artigo 1º

O Município de Alvaiázere lança este concurso de fotografia no âmbito do programa da semana da educação a decorrer de 14 a 19 de março.

Artigo 2º

A receção dos trabalhos a concurso decorrerá de 22 de Fevereiro a 5 de março de 2016, data de entrada do e-mail.

Artigo 3º

O concurso consiste na apresentação de trabalhos exclusivamente relacionados com o tema do concurso: "Floresta autóctone – fauna e flora".

Artigo 4º

Podem participar neste concurso todos os alunos a frequentar o 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário do Agrupamento de Escolas de Alvaiázere.

Artigo 5º

Não poderão concorrer a este concurso elementos da Câmara Municipal e do Júri, bem como seus cônjuges e familiares no primeiro grau.

Artigo 6º

As fotografias devem ser enviadas em formato digital por correio electrónico para o seguinte e-mail: isabel.pimenta@cm-alvaiazere.pt.

Artigo 7º

Cada participante pode apresentar no máximo 3 fotografias acompanhadas do respectivo título e com a indicação do local onde se procedeu ao registo fotográfico.

Artigo 8º

Os trabalhos deverão ser obrigatoriamente remetidos por correio electrónico, numa pasta comprimida com o nome de "Alvaiázere_fauna e flora", que contenha a identificação do autor (nome, morada, telefone ou telemóvel, e-mail, idade e ano que frequenta).

Artigo 9º

Os trabalhos elaborados em conjunto serão sempre considerados como apenas uma participação/inscrição.

Artigo 10º

Fotografias compostas, sobreposições e imagens manipuladas digitalmente, assim como fotografias com qualquer outro artifício são excluídas do concurso.

Artigo 11º

O Júri será composto por três elementos convidados para o efeito, pela Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, sendo um deles o representante da Câmara, que preside o júri.

Artigo 12º

O júri, na apreciação das fotografias, deve ter em conta, nomeadamente, os seguintes aspectos:

- A conformidade formal e substantiva dos trabalhos com o presente regulamento;
- A ligação das fotografias ao tema proposto;
- A originalidade e criatividade fotográfica;
- A qualidade da fotografia.

Artigo 13º

O júri é soberano, pelo que as suas decisões não são susceptíveis de recurso.

Artigo 14º

O júri reserva-se o direito de não atribuir qualquer uma das classificações previstas no regulamento, caso considere que as fotografias enviadas a concurso não reúnam as características de avaliação e classificação dos trabalhos definidos por este regulamento.

Artigo 15º




As fotografias serão classificadas em dois grupos distintos, serão atribuídos prémios ao primeiro lugar de cada grupo:

- Fotógrafos a frequentarem o 3º Ciclo;
- Fotógrafos a frequentarem o ensino Secundário;

Artigo 16º

1) Serão atribuídos prémios ao primeiro lugar de cada grupo:

- 1º lugar: Fotógrafos a frequentarem o 3º Ciclo – máquina fotográfica digital no valor até 100 €.

- 1º lugar: Fotógrafos a frequentarem o ensino Secundário - máquina fotográfica digital no valor até 100 €.
 - 2) O júri poderá atribuir até duas menções honrosas, aos trabalhos cuja qualidade se justifique.
 - 3) Será atribuído um certificado de participação a todos os concorrentes.
- 
- 
- 

Artigo 17º

Os resultados e os prémios serão divulgados dia 14 de março de 2016, no site <http://www.cm-alvaiazere.pt>

Artigo 18º

Todas as fotografias pertencerão ao município, que se reserva o direito de as utilizar nas suas actividades, nomeadamente em exposições, sem qualquer contrapartida financeira ou de outra índole, para o autor. Todavia, o município compromete-se a mencionar sempre o nome do autor e título nas utilizações que, eventualmente, venha a fazer das imagens.

Artigo 19º

Os participantes no concurso garantem e responsabilizam-se perante a Câmara Municipal de Alvaiázere pelo cumprimento das disposições em matéria de propriedade intelectual e de direitos de imagem sobre as fotografias apresentadas, declarando que a sua difusão e/ou a sua reprodução não lesam, nem prejudicam quaisquer direito de terceiros.

Artigo 20º

A participação neste concurso implica a aceitação integral das presentes normas de participação.

Artigo 21º

O não cumprimento de qualquer uma das condições estabelecidas neste regulamento implica a nulidade do ato de participação.

Artigo 22º

Os casos omissos deste regulamento serão decididos pela Câmara Municipal deste Concurso.

Aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião de 3 de Fevereiro de 2016.

A Câmara Municipal

Considerando:

- A tradição da concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores de Câmara Municipal de Alvaiázere na época de Carnaval;
- O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estipula que é competência do Presidente da Câmara Municipal "Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais";

Determino:

- A concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções no Município de Alvaiázere, no dia de Carnaval - dia 9 de fevereiro de 2016 (terça-feira).

Município de Alvaiázere, 4 de fevereiro de 2016.

A Presidente da Câmara,



(Célia Margarida Gomes Marques, Arquiteta)